

# O GENUÍNO, O ESPÚRIO E A IDENTIDADE LOCAL: UM ESTUDO DE CASO DAS POLÍTICAS DE PATRIMÓNIO EM MEIO RURAL

*José Manuel Sobral*

Registou-se nas últimas décadas uma transformação profunda na sociedade rural portuguesa. O turismo tem sido promovido como estratégia que permitirá contrariar alguns efeitos negativos desta dinâmica. O autor estudou uma localidade rural num momento em que a actividade turística ainda era pouco relevante e revisitou-a num momento em que existe uma forte aposta no turismo. Esta assenta numa representação da povoação enquanto história e património, que tem como referente a arquitectura tida como genuína, a qual tem como oposto a arquitectura espúria, representada pelas chamadas “casas dos emigrantes”. Apesar dessa representação beneficiar a elite, o autor argumenta que não se pode ver meramente na adesão a essa representação por parte da maioria os efeitos de um processo de dominação.

Nas últimas décadas assistiu-se a um declínio acentuado da agricultura portuguesa, outrora o mais importante sector de actividade económica. Este declínio é particularmente visível nas regiões que dela dependiam de modo exclusivo ou quase, situadas predominantemente no interior do país. O seu tecido social transformou-se radicalmente. Perderam população que emigrou para o exterior, com um destaque particular para os países mais importantes da União Europeia, ou então que se deslocou para as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e, em menor proporção, para outras regiões do litoral. A população envelheceu (Daveau 1995: 82-87, Dimas e Pereira 2001).

Para as autoridades a nível central, regional e local, bem como para alguns agentes locais, o turismo, que se procura articular com a agricultura, transformou-se desde os anos 80 numa via privilegiada para combater as tendências para a desertificação e o envelhecimento da população. A actividade turística que se procura promover nessas regiões está intimamente associada à preservação de paisagens, territórios, sítios, monumentos e localidades classificados como *património*.

Estudei uma freguesia rural da Beira Alta (Sobral 1999) num momento em que o turismo rural ainda era aí uma actividade marginal, e as políticas de património uma preocupação menor das autoridades locais. Na actualidade, assiste-se a um investimento relevante no turismo, apoiado pela promoção de uma representação da povoação principal enquanto conjunto patrimonial. Nela avultam como valor eminente as residências da elite, ocultando-se a profunda transformação sofrida pela arquitectura local, decorrente em particular da actividade construtora dos emigrantes. Na verdade, nessa representação a história local é reduzida à história das suas elites, reinando o silêncio sobre a história da maioria da população.

Embora essa representação da história e da identidade locais esteja ligada predominantemente à elite e aos seus símbolos, defende-se neste ensaio que o apego da população a esta representação não deve ser visto unicamente como uma expressão de dominação simbólica. Na verdade, a generalidade dos habitantes apropria-se desta representação, transformando-a no elemento central das definições da (sua) identidade local, beneficiando assim do capital simbólico que lhe é inerente.

Os processos a que aludimos neste texto não se confinam a lógicas locais. As dinâmicas ligadas à “patrimonialização” e ao desenvolvimento do turismo possuem um carácter global e anterior ao contexto temporal que aqui será objecto de atenção mais detalhada. E os agentes que influem nas representações e estratégias locais situam-se nos planos concelhio, regional, nacional e transnacional. Teremos em devida conta os efeitos dessas dinâmicas e o papel desses agentes, dando um relevo especial, por razões que o texto se encarregará de esclarecer, ao papel da autarquia municipal.

## *Vila*

*Vila* é uma povoação de 699 habitantes, sede de uma freguesia composta por outras duas localidades, com 368 e 46 residentes.<sup>1</sup> A agricultura tem sido a mais importante actividade económica desde que existem registos escritos sobre a povoação, os mais remotos dos quais têm cerca de mil anos. Com um clima suave – nem excessivamente frio no Inverno nem excessivamente quente no Verão – abrangendo uma zona de planalto e uma encosta do vale do Dão, inscreve-se ainda na área que Orlando Ribeiro definiu como o Norte Atlântico, encontrando-se aí, tanto o milho característico de zonas pluviosas, como culturas mais próprias de áreas mais secas (e mediterrânicas) como a oliveira e o vinho (Ribeiro 1967 [1945]: 147). As suas características físicas – uma parte do território é relativamente plana – explicarão em boa medida a configuração da propriedade local. Esta esteve concentrada ao longo dos últimos séculos nas mãos de algumas famílias de grandes e médios proprietários, que têm controlado os terrenos de melhor qualidade.<sup>2</sup> A maioria da população, destituída de propriedade ou microproprietária, viveu quase

---

<sup>1</sup> Dados do *Censos 2001* (INE 2002). *Vila* é uma designação fictícia de uma povoação que é de facto uma vila, embora não seja sede de concelho.

<sup>2</sup> Considero grande proprietário, em termos locais, quem possua extensões de terra superiores aos 25 ha, e médio quem possua entre os 6 e 25 ha. No concelho a que pertence *Vila* (Nelas), a dimensão da maioria das explorações é inferior a 1 ha. O maior proprietário possui mais de 150 ha. O valor das explorações pode ser muito elevado, em virtude de se tratar de uma região produtora de vinhos VQPRD. Note-se que a superfície média das explorações em Portugal anda pelos 9,8 hectares (Dimas e Pereira 2001). Para uma caracterização mais aprofundada do espaço local ver Sobral (1999).

até aos nossos dias na dependência dos anteriores – como enfiteutas, rendeiros e jornaleiros. Tem havido pequenos proprietários, com as suas explorações constituídas por múltiplos blocos dispersos, mas poucas famílias terão vivido exclusivamente das mesmas, dada a sua reduzida dimensão. A pluriactividade é uma constante secular aqui. No passado, tal acontecia combinando a exploração própria com o trabalho assalariado agrícola, a actividade artesanal – pedreiros – ou a industrial, como mineiros numa zona próxima, ou então migrando de modo sazonal para trabalhar nos campos do Alentejo e nas vinhas da Estremadura. Isto em particular no caso dos homens. Para as mulheres jovens, o destino, transitório ou duradouro, era principalmente o do serviço doméstico nas vilas e cidades. Hoje, entre os que não partiram, a pluriactividade continua a existir, articulando-se predominantemente a actividade agrícola com ocupações no sector das obras públicas e construção civil e no sector do comércio e serviços.

A configuração da propriedade reflecte-se na organização do território e na própria imagem visual da paisagem rural. A área central da freguesia está há muito na posse da elite fundiária. No século XVI, o mais importante proprietário, uma família da grande aristocracia, delimitou e murou aí uma quinta que ainda ocupa a mesma área, embora tenha mudado de mãos na segunda metade do século XIX. A mesma família construiu um palácio em começos do século XVII, do qual sobrevivem alguns edifícios e um enorme portão armoriado, incorporados no património de uma família da burguesia rural local no século XIX. Outros proprietários rurais – e designadamente alguns morgados – estabeleceram as suas residências com propriedade atinente na zona central. Com efeito, existe uma conexão estreita entre terra de cultivo e residência dos proprietários, do tipo quinta. As residências, casas brasonadas ou outras edificações de grande dimensão, estão localizadas na povoação, ocupando posições centrais no espaço construído. Podemos dizer que dominam a “produção de espaço” local, para utilizar os termos de Henri Lefèbvre (1974). Colocam constrangimentos ao desenvolvimento do tecido edificado, na medida em que formam conjunto com a propriedade ou parte dela. As residências estão rodeadas por jardins, pátios e instalações agrícolas, no centro, que se ligam ao território produtivo propriamente dito, que se expande para a periferia. Este arranjo espacial possui dimensões simbólicas materializadas na casa, em terrenos improdutivos – jardins, espaços arborizados – destinados ao exercício de estilos de vida que marcavam a distância social e a distinção (Bourdieu 1979) de uns poucos que podiam reservar terrenos para o lazer e a sociabilidade específica da sua classe. Estes bens e estes territórios eram assim o “espaço de representação” (Lefèbvre 1974: 49) do viver de uma minoria.

A maioria da população não possui tal relação com habitação e propriedade. Uma grande proporção das famílias de assalariados nem mesmo

possuía casa própria até aos anos 60 do século XX. Quase ninguém tinha jardins, o espaço de cultivo das flores resumia-se a algum vaso, e eram raros os que possuíam um pequeno quintal que confinava com a casa.

A pequena elite dominou a vida local, de modo directo ou indirecto, até ao fim do Estado Novo. Note-se que, quando falo em elite, não me refiro apenas a proprietários fundiários. Refiro-me também a famílias que, há mais de um século, se moveram para profissões com remuneração elevada e/ou prestígio – direito e medicina – ou para escalões elevados da função pública. Ocupavam uma posição cimeira, pois obtinham através do capital escolar uma posição que não decorria de modo imediato da sua posição no campo económico – foram sobretudo as famílias relativamente menos dotadas em termos de propriedade, as que mais se distinguiram na ascensão proporcionada pela via escolar. Mas a maioria reteve – e em algum caso adquiriu – residências, mesmo que alguns tenham perdido interesse pela agricultura, a qual nas últimas décadas já se estava a revelar uma fonte menor de ingressos para os absentistas com menos propriedade.

A elite, cuja composição mudou ao longo do tempo, controlou a Junta de Freguesia desde 1836 até ao 25 de Abril de 1974 (nas últimas décadas de modo indirecto), a Misericórdia local – da data da fundação, 1637, aos anos 90 do século XX – o Julgado de Paz, a Câmara Municipal (do Antigo Regime à República, voltando a exercer influência sob o Estado Novo). Alguns dos seus membros foram governadores civis, deputados em vários regimes, e um, episodicamente, ministro. Dominaram a vida económica, a política e a vida social, operando através de várias redes imbricadas. Dominaram simbolicamente, dado o prestígio dos seus estilos de vida, das suas propriedades – tidas como modelos de gestão –, das suas casas, do seu próprio corpo, vestido, apresentado e educado em conformidade com as regras legítimas da *hexis* corporal (Bourdieu 1979: 552-553, 1997: 180) que eram as do seu grupo social.

Este predomínio desapareceu sob o efeito conjugado de vários processos: económicos, com a perda de relevância da agricultura; sociais, com a acentuada mobilidade das últimas décadas; familiares, com problemas decorrentes da substituição de gerações; políticos, com a implantação do regime democrático, que trouxe a terreno novos protagonistas e a liberdade de disputa pelo poder. As fontes económicas e simbólicas do seu poder debilitaram-se, ou mesmo desapareceram no caso da influência política. Mas tal não significa que algumas dessas famílias – e em particular a principal proprietária – tenham deixado de ser relevantes, tanto no plano económico, como no social e no simbólico.

### As casas dos emigrantes, o genuíno e o espúrio

Realizei trabalho de campo em *Vila* no período que decorreu entre 1985 e 1990. Como em quase todo o Portugal rural, assistia-se a uma mudança dramática acarretada sobretudo pela emigração. Essa mudança social teve um enorme impacto visual devido às moradias construídas com as poupanças dos emigrantes. A aquisição de casa constituiu, aliás, um objectivo fundamental da própria decisão de emigrar (Villanova, Leite e Raposo 1995: 17-19).

As casas que os emigrantes construíram em *Vila*, como em muitos outros lugares, são frequentemente híbridos que procuram associar modelos locais com outros provenientes dos países de residência ou representados pelas vivendas unifamiliares prestigiadas das cidades. Aqui conservam os mesmos dois pisos – rés-do-chão e primeiro andar – que uma boa parte das habitações rurais tradicionais da região possuem (Peixoto 1967 [1904-1905], Barreira 1908, 1944, Girão 1960 [1940]: 249-256, Barros 1947). Esses pisos continuam a manter as funcionalidades da casa rural. No rés-do-chão, o elemento novo, a garagem, convive com a manutenção do lagar e da adega, onde se guarda o vinho e produtos agrícolas. No primeiro andar fica a cozinha, hoje mais aquecida e dotada de electrodomésticos e televisores, mas ainda assim o lugar nuclear da sociabilidade doméstica. A sala de jantar, ou comum, ou a de visitas, ficam fechadas, ao abrigo da sujidade, sendo motivo de exibição e utilizadas em raras ocasiões cerimoniais. O espaço confinante com as novas casas também combina amiúde um pequeno jardim entre a fachada e o muro divisório da via pública, algo próprio do universo urbano, e um quintal destinado à horticultura e com algumas árvores de fruto, onde podemos encontrar capoeiras, coelheiras e mesmo por vezes uma loja para o porco, elementos reveladores de uma matriz rural.

Estas casas novas, que traduziam uma súbita prosperidade, eram motivo de orgulho para a maioria dos seus possuidores e invejadas por muitos outros. Amplas e espaçosas, dotadas de uma implantação territorial – jardim e quintal – inexistente na maioria das antigas, um bom número das quais era de aluguer, permitiam a ascensão dos seus moradores ao mundo do limpo, tanto ao nível do espaço de habitação, como no que diz respeito à sua aparência corporal.<sup>3</sup> Todas possuíam esse equipamento ainda há pouco inexistente, a casa de banho. Todavia, se os seus proprietários construtores podiam agora escapar ao estigma da sujidade, passavam a ser submetidos a um novo processo de estigmatização, que tinha como foco as suas habitações (Villanova, Leite e Raposo 1995: 186).<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Sobre a dicotomia limpo/sujo ver Vigarello (1988 [1985]). A importância da casa de banho também é sublinhada em Villanova, Leite e Raposo (1995: 64).

<sup>4</sup> Deve-se recordar que a estigmatização, de que foram agentes em particular os grupos sociais mais prósperos com interesses no mundo rural, atingiu todas as marcas de mudança e ascensão ostentadas pelos emigrantes, como as reveladas pelo conhecimento de línguas e a posse de automóveis estrangeiros.

Obedecendo a novas tipologias, utilizando materiais exógenos de produção em série – da telha negra aos alumínio –, recorrendo a cores berantes, implantavam a mudança em espaços que, sem serem impermeáveis à mesma, não terão conhecido, ao longo dos séculos, um impacte brusco tão dramático na sua arquitectura e na sua estruturação territorial.<sup>5</sup> Representando a concretização dos sonhos dos que partiram, eram um foco de fascínio para quem ficava. Numa publicação oficial dedicada ao problema da habitação rural nos anos 60, momento em que se começa a sentir o impacto da emigração, mencionava-se a existência de um “crescendo de exigências” do trabalhador da agricultura – e também do artesão e do trabalhador da indústria em zonas rurais. Entre essas exigências encontrava-se a de casas com divisões mais amplas e outras de carácter ostentoso, segundo os autores, como “platibandas e pilares decorativos sem qualquer utilidade prática”.<sup>6</sup>

Em *Vila*, as novas moradias alteraram profundamente a configuração espacial do território, sobretudo através do alargamento da sua periferia. Como em muitos outros locais, o antigo centro permanecia relativamente intocado, pois não só os terrenos disponíveis estavam nas mãos de grandes proprietários que não queriam urbanizar, pois tal retiraria “grandeza” – capital simbólico – à sua casa, como muitas habitações existentes, pela sua estreiteza e ausência de terreno contíguo, não eram objectivos apetecíveis para um bom número dos que aspiravam a casa própria.

Quando aqui cheguei em meados de 1980, as novas habitações eram motivo de polémica, o que sucedia um pouco por toda a parte no Portugal rural. Os argumentos dos seus críticos – que pertenciam habitualmente a sectores que não haviam emigrado e que estavam tradicionalmente numa posição social superior – eram, reiteradamente, formulados em termos de gosto. Mas as categorias de gosto estavam ligadas a um discurso dominado pela oposição entre o que seria o cânone local ou tradição arquitectónica – que coincidiria com o “bom gosto” – e aquilo que lhe era estranho (e de “mau gosto”). Por outras palavras, a oposição entre o que podemos descrever como o *genuíno* e o *espúrio*. Hostilizava-se abertamente o que cabia no âmbito deste último, que representava aquilo que era novo.

Como já constatava num plano mais geral, quase duas décadas antes, a Comissão de Política Social Rural, “impunham-se soluções alheias à lógica e às raízes locais”, acrescentando-se que “(...) o trabalhador dos nossos meios

---

<sup>5</sup> Para todos os aspectos referentes à problemática da “casa do emigrante” aqui evocados, ver a obra insubstituível de Villanova, Leite e Raposo (1995).

<sup>6</sup> Cf. Comissão de Política Social Rural (1967: 8-9).

rurais esqueceu, ao formalizar a sua casa, algumas senão as melhores *lições do passado*, tornando o *natural instinto de integração num meio – a que se sentia organicamente ligado* – por uma atitude de contradição e inconformismo (...).<sup>7</sup>

### **As lições do passado e a produção de um cânone local**

Ao contrário do que se diz acima, as chamadas “casas dos emigrantes” não eram, como acabámos de ver, de todo em todo alheias à “lógica” ou às “raízes locais”. Pelo contrário, inseriam-se bem na lógica de vidas bipolarizadas entre a vivência urbana da emigração e o “habitus” rural (Villanova, Leite e Raposo 1995: 157) da economia de auto-subsistência, que continuava a ser reproduzido pelos seus construtores, alguns dos quais haviam mesmo regressado a uma existência de pequenos proprietários e mesmo assalariados locais.

Entretanto, quer na cor, quer nos materiais empregues, elas efectivamente representavam a irrupção maciça da novidade. Na cor, por se afastarem do consagrado: as paredes caiadas, o uso de tons suaves de amarelo e ocre ou de azul. Nos materiais, sobretudo por abandonarem materiais tidos como vernáculos e altamente prestigiados, como a madeira e o granito, muito ligados, aliás, à indústria artesanal, em benefício de produtos estandardizados de produção industrial, como o cimento armado, o azulejo e o alumínio. Rompiam com o cânone local da arquitectura vernácula das velhas casas onde haviam nascido e vivido: casas de dois e mesmo de três andares que utilizavam o granito e com paredes interiores de taipa, material por vezes usado nas paredes exteriores; casas sem chaminé ou com chaminé bastante primitiva, com o fumo a escoar-se pelas telhas; casas escuras, as mais pobres sem vidraças, com poucas divisões – a cozinha e um ou dois quartos – diminutas e frequentemente sem luz ou água (esta última chegou à maioria na segunda metade da década de 1980). Mas o cânone local não se resumia às habitações mais humildes, muito pelo contrário. Os seus modelos encontravam-se nas residências prestigiadas dos principais proprietários e nas igrejas locais, que ostentavam os materiais legítimos: granito, cal, cores suaves, madeira (ver figura 1), e que, sobretudo, ostentavam antiguidade, a força legitimadora que transformava o espúrio e o revivalista em algo dotado da patine prestigiante do passado.

<sup>7</sup> Comissão de Política Social Rural (1967: 10). Os itálicos, que realçam o nacionalismo corporativo de matriz organicista do documento, são da responsabilidade do autor deste texto.



Figura 1 – Um solar *genuíno*, em granito e com pedra à mostra

Todavia, a arquitectura de *Vila* é, como a da generalidade das povoações que não obedeceram de raiz a um plano urbanístico uniformizador, o produto da sua própria história e não algo de estático. As casas foram sendo remodeladas, consoante as posses, as atitudes e a posição social dos seus detentores sucessivos. Não obedecem, portanto, a um único estilo ou cânone. Embora o padrão prevalecente seja o da casa com rés-do-chão e primeiro andar, também aqui é possível encontrar alguma rara casa térrea e, na zona central e mais antiga da povoação, casas com dois andares acima do solo como em outras áreas da Beira. Mas entretanto ela própria veio a reflectir o impacto de matriz nacionalista da tentativa de definição de um cânone fixo, de uma essência identitária. E quando se falava em carácter local designava-se uma determinada representação da arquitectura local que se estruturou ao longo de um período anterior de quase um século às “casas dos emigrantes”.

### **Busca do vernáculo, revivalismo, invenção**

Para entendermos o que está em jogo nas polémicas em torno da arquitectura local, temos de situar todo este debate no contexto mais global, nacional e transnacional, em que se insere. Tal obriga o texto a recuar no tempo e a afastar-se do espaço de *Vila*.

O interesse pela arquitectura rural desenvolveu-se em finais do século XIX, num contexto marcado pelo impacto das grandes mudanças induzidas



pela industrialização e pelo interesse pelos traços definidores de uma identidade nacional. Os edifícios eram, pela sua durabilidade, testemunhas da continuidade e da essência nacionais. Como afirmou Lowenthal, “os edifícios são o principal catalizador da identidade histórica colectiva porque parecem intrínsecos ao que os rodeia e duram mais do que a maioria das outras relíquias (Lowenthal 1993 [1985]: 389). Assistiu-se, por conseguinte, por toda a Europa, em finais do século XIX, a um forte interesse pela arquitectura tradicional *nacional* e à proliferação de programas de construção que reivindicavam inspirar-se nela (Lane 2000).<sup>8</sup> Em Portugal, a inspiração nacionalista fez-se sentir quer através de manifestações revivalistas, à imagem do que se passava no estrangeiro, com expressões historicistas neoromânicas ou neo-manuelinas, quer pelo interesse pela arquitectura rural, não contaminada por modelos estrangeiros (França 1966 II: 149-165).

Tal como outras disciplinas – em primeiro lugar, a história – também a etnografia está envolvida no programa nacionalista da descoberta da nação. O primeiro grande trabalho sobre a habitação em Portugal deve-se a Rocha Peixoto (1967 [1904-1905]). Este levou-o a cabo num tempo em que se aspirava à “nacionalização do domicílio português”, à definição de um tipo português de casa (Leal 2000: 107-126). O etnógrafo negava a existência de um “indefectível estilo nacional”, pois a habitação em Portugal variava de região para região, em função de características específicas como as ligadas à geologia e ao clima. Todavia, admitia que em determinadas habitações o “sentimento nacional” poderia exprimir-se, necessariamente através do “hibridismo etnológico e arqueográfico”, que fazia da casa um composto de elementos e pormenores nacionais, extraídos das construções próprias das várias regiões” (Peixoto 1967 [1904-1905]: 162-163, Leal 2000: 115). Esta posição encontrou eco em outros autores, como o historiador de arte João Barreira (1908), que reconhecia, no entanto, existir a tentativa de definir como “expressão regionalista da casa portuguesa” a casa de rés-do-chão e primeiro andar, ligados por uma escadaria exterior, que conduz a um alpendre (*idem*: 176-177).<sup>9</sup> Existia, portanto, uma tentativa para definir um tipo ideal de *casa*

<sup>8</sup> Assinale-se que, tal como o impacto do nacionalismo não surge como algo de radicalmente novo em finais do século XIX, também a relação entre arquitectura e “carácter nacional” não é algo desprovido de antecedentes. No ambiente romântico da primeira metade do século já tal sucedia. Lane identifica um movimento designado como Romantismo Nacional (1885-1920) que se manifesta com particular intensidade na Alemanha e na Escandinávia, voltado para a revalorização do nacional, do vernáculo e da arquitectura doméstica – e em que o campesinato aparece como depositário de elementos definidores da nacionalidade. Encontram-se referências relevantes para a compreensão do contexto externo e interno – impacto das teorizações de Ruskin e Morris, por exemplo – em Leal (2000).

<sup>9</sup> Rocha Peixoto, ao falar de “hibridismo” refere-se à casa que o engenheiro Ricardo Severo mandara edificar no Porto, de acordo com desenho do mesmo. Severo era um republicano nacionalista, como Peixoto, director da revista *Portugália*, a cuja redacção pertenciam Peixoto e Barreira. Arqueólogo, interessou-se pela pesquisa das origens étnicas da nacionalidade, sendo o autor, nomeadamente, de *Origens da Nacionalidade Portuguesa* (1924 [1911]).

portuguesa, em simultâneo com a constatação da diversidade das casas portuguesas.<sup>10</sup>

O arquitecto Raúl Lino viria a ser o grande propagandista no século XX da “casa portuguesa”, como reacção nacionalista a modelos de arquitectura internacional, como o do *châlet* suíço, que haviam penetrado em Portugal em fins do século XIX.<sup>11</sup> Como os anteriores, Lino constatava não existir um único tipo de casa portuguesa, devido à variedade etnográfica, diferenciação de climas e de paisagem (1929: 6). Entretanto, procedeu a uma leitura nacionalista selectiva da história da edificação em Portugal, pois nem todos os estilos podiam ser considerados portugueses. A “portugalidade” revelava-se com o manuelino, as construções amouriscadas do Sul, a Renascença, que terá contribuído para a difusão do alpendre, “a feição mais portuguesa da nossa casa” (*idem*: 17); com o barroco, com a fixação do “tipo mediano da casa portuguesa”: planta rectangular, emprego do estuque, do azulejo, etc. (*idem*: 20). A “casa portuguesa” seria assim o condensado de soluções e pormenores históricos, que o seu intérprete reputaria como os mais nacionais, tudo integrado pela história “na construção típica do país (...) processos a que a gente se habituou a encarar como correntes e imelhoráveis” (*idem*: 58). Entre esses processos contam-se a linha da cobertura sanqueada e arrematada pelo beiral dito à portuguesa, a caiação, a abundância de pedra de cantaria a guarnecer os vãos, o emprego do azulejo, a frequência do alpendre, elementos, aliás, que abrangem a diversidade regional das arquitecturas do território (*idem*: 58-59).

Lino utilizava a informação etnográfica e histórica para defender uma arquitectura portuguesa que teria de ser necessariamente um hibridismo, pois nacionalizava, instituía como tradição e naturalizava processos e pormenores histórica e regionalmente diversificados.<sup>12</sup> Retirava-os dos seus contextos espaço-temporais, extraindo-os do espaço regional e do tempo histórico, para os reconfigurar no programa nacionalista da “casa portuguesa” (Leal 2000: 130). Para ele, “casa portuguesa” é a que, vindo do passado, possui harmonia, segue o “fio da tradição” e tem uma das coisas mais apreciáveis: a

<sup>10</sup> Sobre toda a problemática da habitação rural portuguesa de finais do século XIX a finais do século XX, o estudo de referência é o de Leal (2000: 107-223).

<sup>11</sup> O *châlet* suíço seria uma das formas de arquitectura doméstica difundidas nas últimas décadas do século XIX, a qual visava proporcionar uma aparência pitoresca e um interior aconchegado. Cf. Carlton J. H. Hayes (1963: 164). Ver igualmente a este respeito Leal (2000: 123).

<sup>12</sup> Creio que Lino, que teve uma formação germânica, recebeu o impacto do Romantismo Nacional. A relação entre arquitectura doméstica, tão importante para o arquitecto, e nacionalismo neste movimento é assim apresentada: “(...) A nação era definida como lar (‘home’), a terra pátria (‘homeland’), de modo que uma preocupação pela arquitectura doméstica, pela região como a matriz da nação, e por uma casa ideal que era ao mesmo tempo histórica, regional, nacional, e moderna era comum a todos os arquitectos do Romantismo Nacional” (Lane 2000: 3). Outras influências, neste sentido, vêm em Leal (2000: 123-124). As suas (de Lino) propostas são igualmente afins ao sucedido na Roménia da época – Cf. Carmen-Elena Popescu (2003). Sobre a “modernidade” das propostas de Lino no contexto da sua emergência, ver Leal (2000: 123).

“naturalidade” (Lino 1929: 56). A “naturalidade”, uma das “qualidades espirituais” da casa, provinha de utilizar os materiais da região, que muitas vezes permitiriam ligar a casa à própria paisagem (1954 [1933]: 64). Note-se, entretanto, o papel nuclear que tinha a casa rural na definição de um protótipo nacionalista de habitação. Tal como sucedia no contexto europeu da época, o nacionalismo enfatizava o campo, supostamente ao abrigo da mudança e do cosmopolitismo, como referente dos valores essenciais da identidade nacional.<sup>13</sup>

Estes ideais serão acolhidos pelo Estado Novo que, em muitos aspectos, prolonga discursos e formulações nacionalistas que vinham dos finais da Monarquia e atravessaram a República. O campo, por exemplo, continuará a ser um referente de valores essenciais da identidade portuguesa (Torgal 1989: 185-186, Melo 2001: 75-103, 219-238) – por contraposição a uma cidade anónima, dissoluta, conflituosa e anárquica, em suma, ameaçadora – de um modo idêntico ao sucedido em outros locais da Europa do período entre as duas guerras. Ora, sob o Estado Novo, e ultrapassado um primeiro período – anos 30 – de acolhimento de um estilo internacional (o modernismo), assiste-se à adopção de um programa arquitectónico neoconservador e tradicionalista, muito inspirado nas propostas de Lino, mas que também se articulava com as estéticas historicistas que então vingavam nos regimes totalitários (Fernandes 2003, Tostões 1995, Leal 2000: 124). Esse programa, que veio a ser conhecido como “Português Suave”, produziu híbridos de pormenores e soluções definidas como *nacionais*. Levou à proliferação de casas “à antiga portuguesa”, ecletismos ornamentais que Lino repudiou como distorções de má qualidade do seu ideário arquitectónico (França 1966 II: 326).

A habitação será ainda objecto de inquirição sob o Estado Novo. Com fins de intervenção social, como sucederá, primeiro, nos anos 40, com um “Inquérito à Habitação Rural” (Barros 1947) que trata em parte da arquitectura, mas inserindo-a no levantamento da situação social dos moradores; tendo concluído por um diagnóstico generalizado de miséria, viu a sua difusão integral cerceada (Leal 2000: 149-164). Ou com um outro inquérito, a que já se fez referência, conduzido pela Comissão de Política Social Rural (1967), de difusão interna aos círculos de poder e que, muito mais pobre na ambição e resultados, não deixava de produzir um retrato das múltiplas carências do sector. Entre ambos, encontrava-se o vasto levantamento feito pelo Sindicato dos Arquitectos sobre a arquitectura popular em Portugal (AA.VV. 1961). Apoiado por um regime que se proclamava defensor do nacional-popular, era

<sup>13</sup> Ver sobre a “ideologia pastoral” em que se insere a “casa portuguesa”, Leal (2000: 130-139). Deve-se referir a existência de diversos movimentos de nacionalismo literário em fins de Oitocentos – *neolusitanismo*, *neogarretismo* ... – em Portugal, coetâneos de similares em outros países, ligados a uma exaltação idealizada dos valores rurais. Raúl Lino esteve ligado ao *neolusitanismo*. Cf. Óscar Lopes (1973), pp. 313-489 e 512 e seguintes. Sobre a conjuntura nacionalista em Portugal em que se inserem estes debates em torno da arquitectura, ver Ramos (1994).

um repositório da variedade de construções existentes no mundo rural, demonstrando que o interesse continuado pela arquitectura rural não se confinava de modo algum aos limites do programa arquitectónico do Estado Novo.<sup>14</sup>

A ligação entre arquitectura rural e nacionalismo surge sob múltiplas formas. A arquitectura popular (rural) é um dos tópicos de eleição da promoção da “descoberta” do território nacional, representada pelo *Guia de Portugal* – cuja capa foi desenhada por Lino –, iniciado pelo seareiro Raúl Proença. Surge associada ao programa ideológico do Estado Novo, como item emblemático da identidade nacional (Leal 2000: 122), em iniciativas como a recriação de “aldeias portuguesas” de acordo com padrões vernáculos de arquitectura (Melo 2001: 229, Fernandes 2003: 76), ou como o concurso da “aldeia mais portuguesa de Portugal”, onde a habitação era um dos critérios fundamentais a ter em conta na ponderação do carácter “português” da mesma (Melo 2001: 219-227). Essa ligação à ideologia do regime discernia-se ainda nas “aldeias melhoradas” pela acção da Junta de Colonização Interna – de que existia um exemplo vizinho de *Vila*, com as suas casas de granito à mostra, alpendres e janelas de caixilhos de madeira emolduradas por vasos de flores.<sup>15</sup> Ou ainda nas “pousadas” que o regime construiu, destinadas a proporcionar a contemplação do rural a uma elite, e que reclamavam inspirar-se em padrões regionais (Melo 2001: 252-258, Fernandes 2003). Elaborava-se um cenário rural, em que as componentes regionais surgiam como as subdivisões variadas do todo nacional.

O cânone local de *Vila* era, em boa medida, definido pela negativa. Não era descrito explicitamente como uma totalidade, mas podia ser deduzido a partir do que era condenado em seu nome. As casas dos emigrantes, e outras modernas, que, sem serem de migrantes, eram integradas na mesma designação genérica, eram esse padrão negativo, por estrangeiro em relação ao que localmente era tido como genuíno, canónico, tradicional. Mas este consistia, por sua vez, num aglomerado bastante heterogéneo de habitações.

O cânone abrangia, por certo, as casas de *Vila* que correspondiam a modelos de arquitectura vernácula tradicional e que não haviam sido profundamente alteradas nas décadas mais recentes. Uma ou outra porta em ferro, ou a aplicação de alumínio, poderiam ser compensados com a exibição de

<sup>14</sup> De acordo com o arquitecto Fernando Távora, que nele teve papel de destaque, este inquérito teria correspondido a uma ideia de Salazar ou do seu ministro das Obras Públicas (“Actual”, suplemento do *Expresso* n.º 1610, 6-9-2003, p. 23). Uma visão mais completa do contexto de realização do inquérito e dos seus objectivos encontra-se em Leal (2000: 169-195), onde se mostra o apreço do ditador pelo material tradicional da sua região (o granito), e o seu menosprezo do material moderno, o cimento armado. Há testemunhos do seu apego ao tradicional, visível nas duas residências que possuía na Beira Alta, em Fernandes (2003).

<sup>15</sup> A *Lei dos Melhoramentos Agrícolas* (Lei nº 2017 de 25-6-1946 complementada depois por outra legislação), tinha como fim o incremento da produtividade da empresa agrária, contemplando subsídios não reembolsáveis ou empréstimos com juros bonificados, para o investimento em habitações e outras instalações. Cf. Junta de Colonização Interna (1972).

paredes graníticas e uma escadaria com varanda alpendrada, ou mesmo uma varanda de madeira. Englobava as casas caiadas de branco, desde que não muito alteradas na fachada, as moradias dos grandes proprietários, e as dos médios proprietários, que remontam por vezes há mais de um século. As igrejas, de pedra e caiadas. As casas mais antigas, em azul esmaecido, amarelo, rosa velho. Nesse cânone incluem-se espécimes que a investigação de etnógrafos, historiadores de arte ou geógrafos identificaram como característicos do local, pela sua persistência multissecular e dependência de materiais locais. Mas também outros, que constituem tentativas, de inspiração nacionalista, de revivalismo inspirado no vernáculo e de “invenção da tradição” (Hobsbawm 1983), que traem o impacto dos programas da “casa portuguesa” e do “português suave”.

O revivalismo inspirado no vernáculo encontra a sua maior expressão no procedimento de colocar a pedra à mostra – granito –, retirando o reboco e a cobertura de cal, avivando as juntas a branco ou negro. Trata-se de uma prática maciça, que prestigiou os que dispunham de casas com melhor factura em pedra. Note-se que um certo número de casas antigas, feitas com blocos informes, não se presta a este procedimento. O emprego desta pedra tão carregada de sentido distingue estas habitações das dos emigrantes que, quando empregam o granito – material dispendioso que então fica à mostra – limitam a sua utilização às zonas próximas do solo.<sup>16</sup> Este procedimento fez-se sentir nas igrejas de *Vila* e de uma aldeia que lhe é contígua, que perderam o seu revestimento caiado numa data recente.

Os procedimentos de “invenção da tradição” exprimem-se com maior saliência nas casas de três grandes proprietários. Todas elas têm uma raiz antiga – uma delas é contemporânea da instituição de um morgadio do século XVII. Mas, na sua maioria – a excepção será um solar barroco, inteiramente de granito – passaram por obras de vulto no século XX, onde é detectável a marca nacionalista e, especificamente, o programa da “casa portuguesa”. Uma foi dotada de janelas barrocas; outra, muito ampliada, adquiriu uma fonte renascentista copiada de um original existente em Viseu – consoante relato da proprietária – e, nas traseiras, uma enorme escadaria que dá para um alpendre, uma solução muito à Raúl Lino. Uma terceira, um casarão informe de finais do século XIX, sem qualquer unidade estilística, e traindo diversas etapas de construção, foi reduzida ao plano mais harmónico de um solar rural do século XVIII.

O cânone local nada tem de fixo, antes revela uma composição diversificada. Nele entram espécimes vernáculos mais ou menos antigos,

<sup>16</sup> Aqui, o sentido é regional. Noutros contextos, esta pedra – como outras, ou o tijolo e a madeira – pode ser considerada como o autêntico “material nacional”. Lane (2000: 173) refere-se aos casos da Noruega e da Finlândia em finais do século XIX, princípios do século XX.

submetidos a algum arranjo, produtos revivalistas, elaborações recentes que traduzem a marca do nacionalismo arquitectónico do último século. O antigo, a “casa portuguesa”, o “português suave”, com os anos naturalizaram-se. A passagem do tempo é tão importante que, mesmo um *châlet* exógeno construído por um grande proprietário há cerca de 100 anos acabou por ser “incorporado” pacificamente no local.

## Espaço, arquitectura e identidade local

Todos estes edifícios canónicos e o espaço em que se inserem – o velho tecido da povoação, as antigas quintas delimitadas por muros de granito – significam os valores do tradicional, do vernáculo e do histórico, num processo que Handler descreveria como de “objectificação” da cultura (Handler 1988: 11-16, 141-142).<sup>17</sup> Com o tempo metamorfosearam-se em *tradição*. Como observa Shils: “A veneração do velho transforma a recepção de algo físico numa tradição apreciativa; o *traditum* não é simplesmente recebido, é apreciado pela sua associação com o passado. A associação com a grandeza passada é acrescentada à apreciação do carácter passado propriamente dito. A própria qualidade de passado transforma o objecto do passado em algo digno de ser preservado, de se tornar uma tradição destinada a ser mantida e transmitida” (Shils 1981: 69).

A construção da identidade local tem-se apoiado nos traços de antiguidade e na existência de um passado distinto ligado à elite fundiária local e aos seus estilos de vida. De acordo com esta representação, *Vila* seria conhecida antigamente como a *Sintra da Beira*. Trata-se de uma associação prestigiosa. Com os seus bosques, castelo medieval, palácio real, casas da aristocracia e da alta burguesia, Sintra tornou-se um lugar de exaltação romântica, que atraiu viajantes estrangeiros e escritores famosos como William Beckford, Byron e Robert Southey.<sup>18</sup> Essa associação remete nostalgicamente para o passado, quando os maiores proprietários residiam permanentemente aqui. Tal como no caso de Sintra, esta representação aparece com um carácter totalizador, pois ela envolve simultaneamente a paisagem, os edifícios e uma imagem bucólica – pois não evoca carências nem desigualdades – do local. Uma paisagem de quintas muradas, cujos muros,

---

<sup>17</sup> Entre os trabalhos elaborados em Portugal em torno da problemática da “objectificação” da cultura (popular), mencionem-se os publicados nesta mesma revista por Vasconcelos (1997) e por Raposo (1998).

<sup>18</sup> Esse mesmo prestígio perdurou e os valores celebrados no Romantismo estão consagrados na decisão do “Comité” do património mundial que inscreveu na lista do dito património em 1995 a “*Paisagem Cultural de Sintra*” (o itálico é da minha responsabilidade). Note-se que há pelo menos um outro local da Beira Alta, no concelho de Figueira do Castelo Rodrigo, que reivindica ser a “*Sintra da Beira*”. Deve-se referir a ligação de Lino a Sintra, onde construiu a sua Casa do Cipreste, e cujo palácio real tinha para ele um valor emblemático de “portugalidade”.

quando não antigos, utilizam o material que confere nobreza e carácter vernáculo, o granito. Com árvores improdutivas, algumas com mais de um século, destinadas meramente a projectar sombra e *grandeza*. Um espaço com áreas ajardinadas de lazer, que incluíam mesmo uma mata de vários hectares nos terrenos do maior proprietário, orgulho dos habitantes – destruída na última década do século XX, quando uma nova geração familiar a decidiu transformar em bem económico, alargando por aí a área dos seus vinhedos.

A designação de *Sintra da Beira*, com as suas conotações de classe, é, no entanto, algo mais do que uma evocação nostálgica. Tornou-se elemento de uma afirmação da identidade colectiva, que, como todos os processos de construção desse tipo de identidades, assenta na manutenção de limites (Barth 1969), de fronteiras – aqui, as de *Vila* – e na afirmação de um *nós* face aos *outros* (Eisenstadt e Giesen 1995, Jenkins 1994: 197-223). Os elementos referenciados nessa denominação faziam e fazem de *Vila* algo de distinto. Distinto em relação às povoações da sua própria freguesia e, absorvendo a freguesia de que é núcleo, em relação às freguesias circunvizinhas. Conferem-lhe um estatuto específico no próprio espaço concelhio. Esse estatuto, que recolhe essa memorização de um passado de grandeza, está também ligado à ideia de uma relação especial da povoação com o tempo – pela sua antiguidade – e com a história.

Quando aqui cheguei pela primeira vez em meados dos anos 80, um dos modos como me apresentei fazia referência à minha qualidade – verdadeira – de historiador. De todos os elementos com que procurei justificar a minha presença no local, este foi provavelmente o único que não suscitou grandes interrogações. Tal não se deverá apenas ao facto de esta identificação, ao contrário da de antropólogo, ser algo familiar a um certo número de habitantes, em contacto com alguma forma de história através da via escolar ou dos “media”. Dever-se-á igualmente ao facto de se achar localmente que *Vila* é uma terra com *muita história*. Haveria algo de mais natural do que um historiador querer estudar uma terra destas? Essa *muita história*, deve assinalar-se, encontrava-se, por um lado, associada à vida de grandes personagens locais, transformada em lenda, e possuía uma dimensão de contestação à hierarquia social prevalecente (Sobral 1999: 352-353); por outro, a uma topografia, aos traços físicos, às construções – ponte dita romana, calçada romana, torre da força... –, aos edifícios antigos.

As casas e o espaço habitado são elementos cruciais desta representação de *Vila* que insiste na sua singularidade, na sua diferença.<sup>19</sup> E, no âmbito das casas, as mais eminentes são aquelas que pertencem – ou pertenceram – à elite. As dos grandes proprietários, por certo, mas também

<sup>19</sup> Sobre a durabilidade da topografia e dos padrões espaciais e a sua persistência como tradições, ver Shils (1981: 65-68).

a dos médios, cuja fortuna não é recente e que possuem construções com muitas décadas ou mesmo mais de um século.

Um testemunho dessa importância pode ser encontrado em duas tentativas de aquisição de prestígio por via da habitação que tiveram lugar na década de 1980.

Um casal em ascensão social recente construiu uma vasta moradia num bairro novo da povoação. Ao contrário das habitações dos seus vizinhos, que utilizam materiais modernos como o tijolo, esta foi integralmente edificada num granito dispendioso excelentemente aparelhado. A casa, que ostentava o material regional legítimo, era a reivindicação emblemática e ostensiva da vontade de ascensão deste casal de origem humilde, sendo o seu granito alvo de alusões exibicionistas por parte do proprietário.

O outro caso era representado por um casal de antigos emigrantes, animados da mesma vontade de subir socialmente. Empreendedores, adquiriram propriedade e investiram na produção vinícola – vieram a ser o terceiro produtor-engarrafador de *Vila*, o único não pertencente ao sector dos grandes proprietários – e na educação da filha, que frequentava um colégio religioso tradicionalmente elitista na capital do distrito.

Haviam herdado uma casa local pouco ampla, que reconstruíram, revestindo-a de azulejo. Era uma propriedade depreciada, que passados alguns anos envergonhava os seus possuidores e embaraçava as suas ambições. Por isso, procuraram adquirir uma casa brasonada de inícios do século XVIII, com capela e uma bela escadaria com colunas barrocas, muito apreciada localmente – e edificada num granito excelente, que o tempo havia convenientemente escurecido. Porém, esta tentativa audaciosa de aquisição de um símbolo tão apreciado acabou por falhar e a cobiçada residência veio a cair nas mãos de um casal descendente da maior proprietária, que gere localmente a sua exploração.

Estas tentativas, com destino desigual, são um testemunho eloquente do que está em jogo na aquisição de casa. Como se escreve num estudo sobre as casas dos emigrantes: “(...) Proprietários e objectos construídos aparecem frequentemente confundidos em críticas legitimadas por critérios de ordem estética. Embora centrada na casa, esta reprovação destina-se, de facto, aos seus proprietários, que se tornam assim alvo de uma visibilidade social negativa” (Villanova, Leite e Raposo 1995: 173).

## **Património e representações da história**

O carácter “senhorial” é assumido como parte da identidade local, assunção que convive com a rejeição da desigualdade social marcante que lhe está subjacente (Sobral 1999). Mas a população, cujos ascendentes, na sua maioria,



foram rendeiros e assalariados, apega-se a uma identidade que o seu trabalho contribuiu para criar. Esta identidade, porém, não é uma criação autónoma, antes o produto da convergência de uma história local, matriz de um espaço social diferenciado, que traz a marca específica conferida pelas classes detentoras de maior propriedade e seus estilos de vida e de olhares externos que a convertem em objecto digno de apreço.

A representação canónica de *Vila* – patente no próprio epíteto de *Sintra da Beira* – foi consolidada recentemente com o desenvolvimento das políticas de património. Estas são antigas e estão imbricadas com o desenvolvimento do nacionalismo e com as transformações profundas associadas à industrialização que trouxe modificações tidas como acarretando perdas irreversíveis.<sup>20</sup> Como escreveu Peter Muntz, referindo-se às relações entre história, nacionalismo e testemunhos materiais do passado, “(...) os historiadores tornaram-se académicos que forneciam as provas para o programa político do nacionalismo. Um dos seus métodos principais consistia em demonstrar que as ruínas e os documentos do passado (...) eram mais do que ruínas dispersas, mas parte do legado cultural de cada nação, monumentos à existência da continuidade cultural das nações...” (Muntz 1977: 154). Deve sublinhar-se também, como contributo para o interesse pela preservação, a importância que os edifícios e outros artefactos visuais passam a ter na produção historiográfica do século XIX – sobretudo – não restringida às fontes escritas e estreitamente vinculada ao nacionalismo (Haskell 1993: 236-362).

Estas dinâmicas transnacionais vinculadas à busca de tradições, de uma continuidade nacional que já assinalámos a propósito do interesse pela arquitectura vernácula e “nacional”, fizeram-se sentir desde o início do século XIX (Lowenthal 1993 [1985]: 395-396). As agências internacionais, estatais, autárquicas, a escola, os *media*, as organizações não governamentais reconhecem sobretudo nas construções algo que deve ser preservado, enquanto símbolo da identidade e dispositivo mnemónico.<sup>21</sup> Como afirma Lowenthal, “Os edifícios são o principal catalizador da identidade histórica colectiva porque parecem intrínsecos ao que os rodeia e duram mais do que a maioria das outras relíquias” (Lowenthal 1993 [1985]: 389). Algo consagrado

<sup>20</sup> Não se dispõe aqui de espaço para desenvolver as implicações do desenvolvimento transnacional das políticas de património, nas suas múltiplas vertentes, nem as propostas de preservação que emergem em Portugal e que têm desde cedo em Alexandre Herculano um defensor eminente no século XIX. A nossa abordagem assenta em estudos como os de Chastel (1986), Choay (1992), Lowenthal (1993[1985]: 384-412, 1994, 1998), Haskell (1993), Ballart (1997), Lane (2000).

<sup>21</sup> Entre as principais agências internacionais contam-se a UNESCO, o Conselho da Europa, a Rede Europeia do Património, o Icomos (The International Council on Monuments and Sites), etc. Em Portugal, a principal agência (estatal), que acolhe as orientações das anteriores, é o IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico). A ligação entre identidade e memória nacional e património está consagrada na lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política portuguesa em matéria de património.

como *património* – de *Vila*, do concelho, do país (e, em última instância, da humanidade, de que são parte). Por isso, as construções espúrias não fazem parte da imagem promovida de *Vila*. Tendem a ser ocultadas completamente ou então ocupam um lugar secundário nas várias fontes de informação disponíveis sobre *Vila* e a sua freguesia – fontes impressas ou em formato electrónico. Sem esquecer que tal se insere numa dinâmica internacional muito mais abrangente, a observação do sucedido neste local tende a dar razão a Villanova, Leite e Raposo (1995: 189) quando afirmam que as casas dos emigrantes desempenharam – por contraposição – um grande papel na “tomada de consciência do património existente”.

As moradias brasonadas ou burguesas com a patine da antiguidade são, com os templos religiosos, apresentadas como a essência da singularidade local. No seu sentido de consagração dos notáveis – e conseqüente silêncio sobre a acção da maioria – as representações a que aludimos prolongam o discurso da monografia concelhia, produzida nos anos 40 (Loureiro 1957 [1940]), norteada pelos mesmos valores da historiografia nacional corrente. Aliás, o discurso sobre a história local é retomado dessa mesma monografia, com as mesmas ênfases e os mesmos silêncios. Uma ênfase nas origens, no passado, no período do século XIX, nas casas transformadas em monumentos, em algumas personagens principais e um silêncio (absoluto) sobre o passado e o presente da maioria. Como é evidente, tal decorre de um dado entendimento do que são os objectos da história, em que as “grandes” personalidades são as únicas que se supõem dignas de interesse e em que o mais apaixonante surge como precisamente o mais distante da história que se está em cada momento a fazer; em que a história é o registo e interpretação do escrito, ligado ao poder e aos mais favorecidos (Goody 2000) e não o arquivo da oralidade, a expressão da maioria.

Esse entendimento tem sido o do senso comum, propagado maioritariamente pelos *media*, pelo aparelho escolar – ainda não modificado pela introdução, depois do 25 de Abril, dos colectivos como protagonistas históricos e de estruturas impessoais (economia, sociedade) como factores explicativos. Articula-se com políticas do património orientadas pelo nacionalismo cultural, definidoras de algo que é de pertença nacional, e centradas na preservação de bens caracterizados como artísticos, de interesse arquitectónico... ou de objectos e locais relevantes para a arqueologia – políticas que vêm de longe e que não se modificaram substancialmente da primeira República aos nossos dias (Moreira 1989, Lira 1998). Aliás, tal como o estado tem poderes para definir a própria história narrativa nacional, através do currículo escolar, assim ele surge como legislador da história feita património, ao mesmo tempo que invoca para si o papel de árbitro do gosto, desvalorizando a estética popular (Herzfeld 1991: 257), quando não identificada com o vernáculo.

Os objectos arquitectónicos – seguidos provavelmente dos sítios arqueológicos – têm sido os privilegiados, a etnologia, mais ligada ao quotidiano do comum das gentes, a grande esquecida, não só das políticas patrimoniais do estado democrático (Raposo 1993: 43), como das agências internacionais cujas directrizes são seguidas a nível interno.<sup>22</sup> Embora a legislação refira que integram o património cultural realidades que representem “testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura” (nº 1 do artigo 91º da lei nº 107/2001, de 8 de Setembro) e saliente mesmo a necessidade da protecção especial a conferir às “expressões orais de transmissão cultural” e aos “modos tradicionais de fazer” (nº 2 do mesmo artigo), as realidades “populares” têm sido menosprezadas – mesmo no texto da própria lei, que se dedica sobretudo a outras formas de património, a começar pelo arquitectónico.

O falecido historiador britânico Raphael Samuel descreveu o património como um camaleão que possui sentidos distintos em diferentes culturas nacionais, dependendo da relação entre estado e sociedade civil (1994: 306-307). Em Portugal, não obstante a ligação entre o desenvolvimento do movimento associativo de defesa do património e a implantação do regime democrático em 1974, a orientação política prevalecente tem subestimado os objectos do passado popular, mesmo em relação aos itens de cultura material (alfaias, equipamentos artesanais, etc.). Tal é um legado de um regime antidemocrático que muito contribuiu para a desvalorização social do mundo popular, e nomeadamente do rural, apesar de este constituir o referente simbólico por excelência da sua ideologia.<sup>23</sup> Mas não se pode omitir que o *popular* também tem um estatuto secundário a nível transnacional.

A representação oficial da história local perpetua a ocultação da outra face da especificidade local: a ligada aos dependentes dos principais pro-

<sup>22</sup> Um documento fundamental, como a “Convenção para a Protecção do Património Cultural e Natural Mundial” (UNESCO), dedica-se sobretudo à protecção do património cultural, de que são itens fundamentais os “monumentos”, os “grupos de edifícios” e os “sítios” (obras do homem ou do homem e natureza), além do “património natural”. A arquitectura ou outros itens da “cultura material”, a escultura e a pintura são privilegiados. A etnologia e a antropologia são citadas como perspectivas que podem levar à valorização de “sítios” – ou seja, basicamente como saberes que servem para valorizar um espólio arqueológico (cf. “Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage” (1972), em [http://whc.unesco.org/world\\_he.htm](http://whc.unesco.org/world_he.htm), último acesso em Outubro de 2003). A lista do que inscreve como “património mundial” é igualmente esclarecedora quanto aos seus objectivos (cf. “Properties Inscribed in the World Heritage List”, em <http://whc.unesco.org/pg.cfm?cid=31>, último acesso em Outubro de 2003).

<sup>23</sup> Samuel é muito crítico dos analistas de esquerda – alguns, como Wright, citados neste ensaio – que vêm nas políticas de defesa do património exemplos de práticas conservadoras, de exclusão do popular, de dominação ideológica, de hegemonia dos valores da elite (como no caso das “country houses” inglesas), de promoção do nacionalismo, etc. Em contrapartida, assinala o papel dos partidos, intelectuais e entusiastas de esquerda na preservação do património, muitas vezes também ele ligado ao passado e identidade das classes trabalhadoras. Mas, como ele próprio assinalou, as políticas do património variam de contexto para contexto. A situação em Portugal no presente será diferente da da Inglaterra contemporânea, onde existe um movimento de defesa do património popular – através da própria história oral, campo em que Samuel actuou –, e da França, onde já nos 30 a Frente Popular criou os *Musées des Arts et Traditions Populaires*. Cf. Raphael Samuel (1994: 205-273).

prietários. É a história do suporte do sistema fundiário, representado pelo trabalho dos assalariados, e dos pequenos rendeiros e proprietários que trabalharam ao longo de gerações as terras dos anteriores, mas que não aparecem vinculados de modo imediato às casas e terras que são verdadeiros emblemas dos “notáveis” e da sua grandeza. Algumas casas de pequenos proprietários puderam ser reabilitadas, pois a dimensão ou o material em que haviam sido construídas justificavam-nas como arquitectura legítima, de acordo com o cânone. Mas a oferta destas casas era muito inferior à procura e muitas das mais velhas não constituíam atractivo para quem desejava maior espaço ou um quintal, nem possuíam pedra cobiçável.

A povoação é assim representada enquanto passado separado do presente, e como monumento e história centrada na elite. O património, como observou um outro historiador, “(...) é também frequentemente história petrificada, porque aquilo que sobrevive é aquilo que foi feito e projectado para sobreviver: mais os edifícios e símbolos culturais dos poderosos (...) o oficial, do que o produto de arranjos e o doméstico e funcional” (Wright 1985: 78-79). E acrescentava a respeito do património nacional (*national heritage*) britânico, considerações que se aplicam a este contexto local: “O Património Nacional envolve a extracção da história (...) de uma vida quotidiana denegrada e a sua reencenação ou exibição em certos sítios, eventos, imagens e concepções. No decurso deste processo a história é definida como ‘o histórico’ (...) abstraída e reconstruída, a história parece estar purgada de toda a tensão política, torna-se um espectáculo unificador” (*idem*: 69). Tal sucede em Vila: os folhetos em que ela é propagandeada detêm-se nas casas da elite; as brochuras históricas debruçam-se sobre um tempo muito antigo, o das “origens” ou medieval, sobretudo, e, como tal, fora de qualquer experiência histórica concreta ou da memória dos grupos sociais actuais, em particular dos subordinados.<sup>24</sup> Esse passado afigura-se consensual, não evocando os conflitos que atravessam a povoação (esta como qualquer outra) e que se manifestaram publicamente depois do “25 de Abril” (Sobral 1999). Parafraseando ainda mais uma vez Wright (*idem, ibidem*), poderia dizer-se que a “‘história’ é enfatizada, na mesma medida em que a historicidade activa é negada”. Aliás, a definição de um património centrado nos objectos pode ser vista como um processo de *reificação*, na medida em que se oculta a realidade social da sua produção. Existe uma dominação do “tempo monumental” – o da história oficial feita monumento e fixa no património – sobre o “tempo social”, o tempo da experiência quotidiana.<sup>25</sup>

<sup>24</sup> Esta é a situação no presente. Segundo informação de responsável da autarquia municipal (2004), faz parte dos planos desta a instalação de um “museu etnográfico”, o que poderá acarretar alguma modificação na representação do local proposta.

<sup>25</sup> A dicotomia “tempo monumental”/“tempo social” é desenvolvida por Herzfeld no seu estudo sobre a relação entre sociedade e património numa cidade de Creta (cf. Michael Herzfeld 1991: 4-16 e 248-259).

Seria erróneo confinar os sentidos desta representação da história local aos efeitos de um processo de dominação simbólica que beneficiaria exclusivamente a elite. Como já vimos, embora este espaço seja marcado pela presença ostensiva de símbolos de identidade das classes dominantes locais, os mesmos são igualmente parte da identidade de todos os naturais do local – e é por serem parte do local que são tão apreciados. De algum modo, cada qual se torna *simbolicamente* “proprietário”, por ter nascido ali, de todos os bens e símbolos de determinadas classes. Jogando um pouco – mas só um pouco – com as palavras, o que era património, que significa propriedade, de uns poucos, passa a ser património (e considerado e classificado como tal) de um colectivo. Este passa a dispor de (algum) poder de coerção sobre o mesmo, sobretudo no caso de ele ser um “bem classificado” através da interferência formal do estado e das autarquias, embora não se deva menosprezar o poder informal da opinião local.<sup>26</sup> Esse património é elemento constitutivo, enquanto passado objectivado em traços materiais – e enquanto memento do próprio passado – da identidade local (ver figura 2). E esta é parte da



Figura 2 – O passado, componente da identidade local: o paço do século XVII

<sup>26</sup> Embora num contexto diferente, já Samuel (1994: 238) assinalou que a preservação do património “é uma asserção de direitos públicos sobre a propriedade privada”. A lei nº 107/2001 de 8 de Setembro, que define a política do património, estabelece uma série de constrangimentos sobre esses bens – e seus detentores –, impedindo nomeadamente a sua destruição ou “descaracterização”, bem como benefícios e incentivos fiscais destinados à sua preservação. O “turismo de habitação”, que incidiu sobre muitas casas aristocráticas, beneficiou destes incentivos. Note-se, entretanto, que as medidas de controlo só são aplicáveis a bens classificados.

identidade individual de qualquer natural – ou mesmo morador – dessa localidade e da identidade nacional em que esse território se insere (Lowenthal 1993 [1985]: 41-46). Pode afirmar-se que, através da sua inserção nestes processos de constituição de identidades, se assiste a uma certa “democratização” do património (propriedade) da elite. Além disso, as características de *Vila* atraíram certas iniciativas acolhidas com prazer pela generalidade da população. Foi rodado aí um filme na década de 1980; na de 1990, Vila foi cenário de uma telenovela, que acolheu alguns dos seus naturais como figurantes. Estes factos reforçaram o seu orgulho de naturais, um orgulho de que me apercebi na década de 1980 e cuja persistência e difusão, senão mesmo intensificação, pude constatar na actualidade.

### O património como recurso simbólico, económico e político

À entrada do século actual, o turismo torna-se uma actividade relevante em *Vila*. Antes, havia dois proprietários dedicados ao mesmo. Um tinha transformado a sua antiga casa rural de médio proprietário, para onde o casal se havia retirado na idade da reforma, em habitação turística, ao menos parcialmente (não se sabendo a categoria específica em que ela se integrava). Outro, um grande proprietário, havia edificado na sua principal propriedade, usada intensivamente na agricultura e na pecuária, uma casa nova, mas de granito, que afectou ao agro-turismo. Era tudo. Agora, *Vila* ostentava um restaurante e uma casa grande da segunda metade do século XIX, que só tinha de notável o granito, a extensão e as madeiras do interior, e que fora transformada num hotel rural. Outra residência, hoje pertença de descendentes dos antigos reis de Portugal, está inserida no que se afigura ser uma rede ultra-selecta e aristocrática, a *Union of European Historic Houses Association* – que, no presente, apenas representa nove casas em Portugal.

Finalmente, o palácio – ou vasta casa apalaçada – dos principais proprietários, onde poucos teriam entrado antes, possuía agora uma utilização comercial. Ao menos parte dele. A nora empresária alugara o rés-do-chão, fizera obras e estabelecera aí um restaurante para ocasiões especiais. O espaço do restaurante situado neste edifício prestigiado permite a utilização do amplo jardim de traseiras, com excelente piscina. A casa pode, entretanto, ser visitada, no local, aliás tal como uma outra, com um recheio de colecionador – armas, mobiliário, louças –, essa já antes franqueada a algumas visitas.

Todos estes factores, em que se deve incluir o capital social incorporado na própria pessoa que dirige o empreendimento, consagraram o local. Festas que se querem distintivas, como casamentos da elite urbana, passaram a utilizar a igreja vizinha e estes serviços de restauração. Com efeito, dificilmente existirá um espaço comparável, em luxo e prestígio confe-

rido pela distinção, no sentido de prática diferenciadora de estilos de vida (Bourdieu 1979), no distrito. Os usos do mesmo revelam a sua adequação à reprodução de rituais comemorativos, parte de estilos de vida muito minoritários. O *espaço de representação*, outrora de utilização familiar exclusiva, abre-se, assim, ao mercado. O presidente da república, no exercício na região de uma “presidência aberta”, ofereceu aí um banquete, consagrando-o socialmente.

O capital da povoação, em termos de património, não é mobilizado apenas para a elaboração da identidade local ou – como parte de uma totalidade – nacional. Entre estes dois planos situa-se o concelho. *Vila* é parte fulcral da própria construção de identidade concelhia levada a cabo pelas autoridades municipais. As suas características específicas “senhoriais” já há muito faziam da mesma um lugar destacado no concelho. Todavia, existe hoje uma ênfase maior nessa componente simbólica – quando precisamente a sua importância económica, assente na agricultura, é comparativamente menor. Para se entender este facto, deve-se atender à história mais recente da autarquia.

Nelas é sede de concelho desde os começos da segunda metade do século XIX. Esse concelho é o produto da agregação de outros, sendo esta vila uma moderna capital oitocentista. Antes, não passava de uma freguesia do concelho de Senhorim. Faltam-lhe os sinais de antiguidade que existem em *Vila* – só possui uma casa armoriada – e numa outra povoação vizinha, também ela um dos centros do antigo concelho. A sua igreja é relativamente recente.

Dos novos concelhos absorvidos no século XIX, dois eram aldeias, mas um terceiro era muito mais amplo e tinha uma existência multissecular. A sua sede possuía – e possui – um espaço antigo com as mesmas marcas de venerabilidade e de nobreza que encontramos em *Vila*. Ao contrário desta, todavia, conheceu um forte incremento industrial no século XX, que fez dela em determinado momento o maior pólo industrial do distrito. Tal significou que a sua componente monumental e a paisagem envolvente ligada à agricultura ficaram imbricadas numa paisagem industrializada, mas que preservou esse centro. Entretanto, foi também na área deste antigo concelho que se desenvolveu a actividade turística desde finais do século XIX. Possui umas termas reputadas, com um “grande hotel” e estabelecimentos mais populares, um balneário. Nessa mesma área concelhia situa-se um outro hotel, inserido numa quinta, dos mais famosos do centro do país. Por muito tempo os únicos dois hotéis do concelho de Nelas situavam-se aqui – e era aqui a zona mais próspera do concelho. Com o 25 de Abril, emerge a reivindicação pública da restauração do antigo concelho de Canas de Senhorim, de que estamos a falar. Uma reivindicação que tem sido apoiada pela população local, entretanto afectada pela crise que lhe tem destruído a indústria e com ela a preeminência económica – enquanto o território confi-

nante com Nelas viu a instalação de novas indústrias e o sector dos serviços cresceu, ao mesmo tempo que esta última vila.

Porém, a vila de Canas possui o *património* que falta à vila de Nelas. Em Março de 2003 estavam classificados 16 imóveis no concelho. Desses 16, sete estavam localizados em Canas de Senhorim (dois dos quais em vias de classificação): quatro casas, a igreja paroquial, uma orca e, dado revelador, um pelourinho (que não existe em Nelas, que só foi sede de concelho a partir da segunda metade do século XIX). Numa aldeia próxima, que foi ela própria concelho, estavam outros dois. Todos os imóveis de Canas estão classificados como “imóveis de interesse público”, a segunda “categoria” na classificação do IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico –, sendo a primeira a dos “imóveis de interesse nacional” – designados como “monumentos nacionais” – e a terceira os “imóveis de interesse municipal”. Nelas só possuía dois imóveis classificados, uma casa e um solar, ambos de “interesse municipal”. Em contrapartida, *Vila* possui três imóveis classificados de “interesse público”, duas casas e a Igreja da Misericórdia, estando portanto aí concentrado o grosso do património do concelho a que Nelas sempre pertenceu ao longo da história, o de Senhorim.<sup>27</sup> Por isso, *Vila*, devido ao seu património, é parte nuclear do concelho e da sua identidade.

Ao apresentar um roteiro elaborado por um natural de *Vila*, o presidente da câmara designa-a como “sala de visitas” do concelho, pelo seu património arquitectónico, pelos grandes solares, e identifica-a como a fonte de real governo da região no passado. A autarquia havia-lhe entretanto dedicado um número da revista municipal cuja capa apresentava uma fotografia dos portões da residência do maior proprietário de *Vila*, acompanhada de referências à sua “imponência” e “grandeza”.<sup>28</sup> Seja ou não inteiramente correcta a interpretação que fazemos da conjuntura e motivações tácticas possíveis presentes neste realçar da importância de *Vila* para o concelho, é indubitável que também aqui se assiste a uma transferência simbólica do património de algumas famílias locais para o plano do património – logo da identidade – concelhio, passando pelo plano da identidade local. Deve, entretanto, ter-se em conta, que estas mudanças têm como pano de fundo transformações na economia e na sociedade locais de que aqui só podemos mencionar dois aspectos: a importância crescente da actividade turística e, no âmbito agrícola, o aumento do relevo da produção vinícola.<sup>29</sup> Esta, uma actividade histórica local, tem vindo a constituir o núcleo dos

<sup>27</sup> Fonte: Instituto Português do Património Arquitectónico, em <http://www.ippar.pt>

<sup>28</sup> Não revelamos a fonte, para não identificarmos *Vila*.

<sup>29</sup> Num contexto recente (década de 1989-1999) em que diminuiu a terra arável, a produção de frutos – aumentando a superfície florestal e a área de pastagens permanentes –, bem como a produção de vinho não VQPRD, em *Vila*, situada, como se disse, na zona central da região demarcada do Dão, sentiu-se o efeito do aumento da produção nacional de vinho VQPRD. Cf. Dimas e Pereira (2001).



investimentos dos principais proprietários e está ligada, como no estrangeiro, de onde se importou o modelo, à actividade turística – o “enoturismo” –, como se constata pela elaboração da *Rota do Vinho do Dão*, em cujo itinerário *Vila* ocupa um lugar de destaque. De salientar que essa “rota” explora o mesmo tipo de valores patrimoniais<sup>30</sup> – a catedral granítica de Viseu, as suas ruas “antigas”, as aldeias “tradicionais”, os “solares” – ditos antigos, ocultando a componente moderna, particularmente notória na cidade de Viseu.<sup>31</sup>

Em 2003, *Vila* foi objecto de um “contrato de aldeia” previsto no PORC (Programa Operacional da Região Centro) da responsabilidade da Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC). Estes contratos – que se inserem na lógica de iniciativas como a das “aldeias históricas”, promovida pela mesma agência – têm como objectivo “apoiar tentativas de reestruturação e qualificação física da aldeia, de valorização da arquitectura tradicional e património rural, de apoio à dinamização da actividade económica, nomeadamente a turística” (CCRC 2001: 66). Este facto, revelador do interesse da autarquia em *Vila* – a classificação implicou um contrato entre a Câmara Municipal e a Comissão de Coordenação da Região Centro –, irá traduzir-se num investimento razoável no contexto local, pois prevê-se um total de 350.000 euros, a maioria proveniente de fundos comunitários. Se outros tiveram muralhas históricas – Almeida – castelo, granito antigo, tipicidade e situação – Monsanto, “a aldeia mais portuguesa de Portugal” – ou xisto, tipicidade e situação – Piódão – para se constituírem como capital turístico através da consagração do seu valor como “património”, *Vila* obteve-o através de um capital predominantemente ligado às elites. São elementos centrais desse capital edifícios como o antigo paço senhorial, as igrejas, o cemitério antigo e um enquadramento paisagístico “senhorial” que pode ser contemplado,<sup>32</sup> conferido pela persistência da grande propriedade e por um arranjo do tecido edificado que muito deve à acção dos notáveis, no tempo em que eles controlavam a decisão política local.

Como é evidente, este dado é um novo elemento na transformação do papel do território local. De espaço exclusivo da actividade agrícola até à década de 1980, hoje oferece-se também como espaço turístico no mundo

<sup>30</sup> O interesse pelos monumentos e pelo património está ligado ao turismo desde a fase elitista do século XIX e das primeiras décadas do século XX, até à época de “massas” mais recente (Wackermann 1992: 782, 794). A articulação entre turismo, cultura artística, património histórico, arqueológico e etnografia, bem como a inspiração nacionalista estão patentes em Portugal em iniciativas já mencionadas, como o *Guia de Portugal* e a política turística levada a cabo sob o Estado Novo (Melo 2001: 250-258).

<sup>31</sup> Fontes: Instituto da Vinha e do Vinho, em <http://www.ivv.minagricultura.pt/cultura/files/rotas.html>, último acesso em Outubro de 2003; Rota do Vinho do Dão, em <http://www.vinhosonline.com.br/turismo/rota-do-vinho-do-da-o-P1.html>, último acesso em Outubro de 2003; Quinta do Rio Dão, em <http://www.quintadoriodao.com/port/out/viseu.html>, último acesso em Outubro de 2003. Ver ainda como exemplo de descrição oficiosa do património local: Região de Turismo Dão Lafões, em <http://www.rt-dao-lafoes.com/index.php>, último acesso em Outubro de 2003.

<sup>32</sup> Sobre o carácter *visual* do turismo e suas implicações, ver Urry (1995: 129-140).

rural, seguindo uma tendência internacional de busca do “típico” (verdadeiro, antigo...) que já desembocou na criação de duas aldeias (re)construídas pela iniciativa privada na bacia do Dão, a poucos quilómetros de distância e destinadas a um mercado urbano de classe média atraído pelo *rural* e *genuíno* – com piscinas e outros “melhoramentos” próprios de um viver urbano abastado.<sup>33</sup> Este é um destino muito desejado localmente. Traz a esperança de benefícios económicos variados para os detentores de património que pode ser rentabilizado directamente – casa, propriedade rural, produção de vinho –, beneficiários em primeiro lugar desta dinâmica e dos apoios financeiros dados à actividade turística rural e à produção vinícola. Traz a esperança de alguma oferta de emprego para uma mão-de-obra que não deseja a agricultura nem a construção civil, as ocupações da maioria que não seguiu a via da emigração. Fortalece a sua auto-imagem enquanto habitantes de uma povoação reconhecida regional e nacionalmente, que encontra nas visitas uma confirmação de uma singularidade que se quer superior. Por estas razões, passam a segundo plano edifícios e narrativas que denotam uma história diferente: a de um viver amargo e difícil que levou a uma emigração maciça que pôs em perigo a arquitectura canónica apresentada como símbolo maior da identidade local.

## BIBLIOGRAFIA

- AA.VV., 1961, *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos.
- BALLART, Josep, 1997, *El Patrimonio Histórico y Arqueológico, Valor y Uso*, Barcelona, Editorial Ariel.
- BARREIRA, João, 1908, “A Habitação em Portugal”, AA.VV., *Notas sobre Portugal*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 147-178.
- , 1944, “A Habitação”, *Guia de Portugal*, 3º volume, Lisboa, Biblioteca Nacional, 30-38.
- BARROS, Henrique de, 1947, *Inquérito à Habitação Rural (2º vol): A Habitação Rural nas Províncias da Beira (Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- BARTH, Frederick, 1969, “Introduction”, Frederick BARTH (org.), *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference*, Bergen-Oslo, Universitets Forlaget, e Londres, George Allen and Unwin, 9-38.
- BOURDIEU, Pierre, 1979, *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- , 1997, *Méditations Pascaliennes*, Paris, Éditions du Seuil.
- CHASTEL, André, 1986, “La Notion de Patrimoine”, Pierre NORA (org.), *Les Lieux de Mémoire: “La Nation”* (tomo II, 3 vols.), Paris, Gallimard, 405-450.
- CHOAY, Françoise (1992), *L’Allégorie du Patrimoine*, Paris, Éditions du Seuil.
- Comissão de Coordenação da Região Centro, 2001, *Programa Operacional da Região Centro*, Coimbra, CCRC.
- Comissão de Política Social Rural, 1967, *Habitação Rural: Considerações Preliminares aos Resultados de um Inquérito aos Concelhos e Freguesias Rurais e Conclusões*, Lisboa.
- DAVEAU, Suzanne, 1995, *Portugal Geográfico*, Lisboa, Edições João Sá da Costa.

<sup>33</sup> A importância do turismo no espaço rural nas suas diversas modalidades em Portugal é referenciada em Fernando João Moreira (1994). Uma análise dos últimos dados disponíveis revela que as receitas do turismo foram sempre ascendentes entre 1993 e 2001 (cf. “Turismo em Portugal – 2001” na Direcção-Geral do Turismo, em [http://www.dgturismo.pt/documentos/fich\\_1\\_169.doc](http://www.dgturismo.pt/documentos/fich_1_169.doc), último acesso em Outubro de 2003) e que o turismo no espaço rural, nas suas diversas modalidades, tinha tido um crescimento de 17,2% de 2001 para 2002; os fundos do II Quadro Comunitário de Apoio, agora acompanhados pelos do QCA III, foram cruciais a este respeito (cf. Central Nacional de Turismo no Espaço Rural, em <http://www.center.pt/PT/>, último acesso em Outubro de 2003).

- DIMAS, Bruno, e Rui PEREIRA, 2001, "Analyse des Structures des Exploitations Agricoles au Portugal à Travers le Dernier Recensement Général de l'Agriculture ", *M&it*, 4, 16-24.
- EISENSTADT, Samuel Noah, e Bernhard GIESEN, 1995, "The Construction of Collective Identity", *Archives Européennes de Sociologie*, 36, 72-102.
- FERNANDES, José Manuel, 2003, *Português Suave: Arquiteturas do Estado Novo*, Lisboa, IPPAR.
- FRANÇA, José-Augusto, 1966, *A Arte em Portugal no Século XIX*, vol. II, Lisboa, Livraria Bertrand.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, 1960 [1940], *Geografia de Portugal*, Porto, Portucalense Editora.
- GOODY, Jack, 2000, *The Power of the Written Tradition*, Washington e Londres, The Smithsonian Institution.
- HANDLER, Richard, 1988, *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*, Madison, The University of Wisconsin Press.
- HASKELL, Francis, 1993, *History and its Images: Art and the Interpretation of the Past*, New Haven e Londres, Yale University Press.
- HAYES, Carlton J. H., 1963, *A Generation of Materialism 1871-1900*, Nova Iorque, Harper and Row.
- HERZFELD, Michael, 1991, *A Place in History: Social and Monumental Time in a Cretan Town*, Princeton, Princeton University Press.
- HOBBSBAWM, Eric, 1983, "Introduction: Inventing Traditions", Eric HOBBSBAWM, e Terence RANGER (orgs.), *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1-14.
- INE, 2002, *Censos 2001*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- JENKINS, Richard, 1994, "Rethinking Ethnicity: Identity, Categorization and Power", *Ethnic and Racial Studies*, 17 (2), 197-223.
- JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA, 1972, *Vinte Cinco Anos da Publicação da Lei de Melhoramentos Agrícolas*, Lisboa, Junta de Colonização Interna.
- LANE, Barbara Miller, 2000, *National Romanticism and Modern European Architecture in Germany and the Scandinavian Countries*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LEAL, João, 2000, *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- LEFÈBVRE, Henri, 1974, *La Production de l'Espace*, Paris, Anthropos.
- LINO, Raúl, 1929, *A Casa Portuguesa*, Lisboa, Escola Tipográfica da Imprensa Nacional.
- , 1954 [1933], *Casas Portuguesas: Alguns Apontamentos sobre o Arquitectar das Casas Simples*, Lisboa, Ed. de Valentim de Carvalho.
- LIRA, Sérgio, 1998, "Os Museus e o Conceito de Património: a Peça de Museu no Portugal do Estado Novo", comunicação apresentada ao "Congresso Histórico", Amarante, 22-25 de Abril de 1998.
- LOPES, Óscar, 1973, *História da Literatura Portuguesa: Época Contemporânea III*, Lisboa, Editorial Estúdios Cor.
- LOUREIRO, José Pinto, 1957 [1940], *O Concelho de Nelas: Subsídios para a História da Beira*, Nelas, Câmara Municipal de Nelas.
- LOWENTHAL, David, 1993 [1985], *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press.
- , 1994, "Identity, Heritage and History", John R. Gillis (org.) *Commemorations: the Politics of National Identity*, Princeton, Princeton University Press.
- , 1998, *The Heritage Crusade and the Spoils of History*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MELO, Daniel, 2001, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- MOREIRA, Fernando João, 1994, *O Turismo em Espaço Rural: Enquadramento e Expressão Geográfica no Território Português*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- MOREIRA, Isabel M. Martins, 1989, *Museus e Monumentos em Portugal (1772-1974)*, Lisboa, Universidade Aberta.
- MUNTZ, Peter, 1977, *The Shapes of Time*, Middletown, Connecticut, Wesleyan University Press.
- PEIXOTO, Rocha, 1967 [1904-1905], "A Casa Portuguesa", *Obras*, vol. I, Póvoa de Varzim, Edição da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 153-165.
- POPESCU, Carmen-Elena, 2003, "National Romanian Architecture: Building National Identity", Michelle FACOS, e Sharon L. HIRSH (orgs.), *Art, Culture and National Identity in Fin-de-Siècle Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 137-159.
- RAMOS, Rui, 1994, "A Segunda Fundação (1890-1926)", José MATTOSO (org.), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores.
- RAPOSO, Luís, 1993, "A Estrutura Administrativa do Estado e o Património Cultural", *Vértice*, 54, 38-45.
- RAPOSO, Paulo, 1998, "O Auto da Floripes: 'Cultura Popular', Etnógrafos, Intelectuais e Artistas", *Etnográfica*, II (2), 189-219.
- RIBEIRO, Orlando, 1967 [1945], *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- SAMUEL, Raphael, 1994, *Theatres of Memory*, vol. 1, *Past and Present in Contemporary Culture*, Londres, Verso.

- SEVERO, Ricardo, 1924 [1911], *Origens da Nacionalidade Portuguesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- SHILS, Edward, 1981, *Tradition*, Londres, Faber and Faber.
- SOBRAL, José Manuel, 1999, *Trajectos: O Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- TORGAL, Luís Reis, 1989, *História e Ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva.
- TOSTÕES, Ana Cristina, 1995, "Arquitectura Portuguesa do Século XX", Paulo PEREIRA (org.), *História da Arte Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 507-547.
- URRY, John, 1995, *Consuming Places*, Londres, Routledge.
- VASCONCELOS, João, 1997, "Tempos Remotos: a Presença do Passado na Objectificação da Cultura Local", *Etnográfica*, I (2), 213-235.
- VIGARELLO, Georges, 1988 [1985], *O Limpo e o Sujo: a Higiene do Corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Editorial Fragmentos.
- VILLANOVA, Roselyne de, Carolina LEITE, e Isabel RAPOSO, 1995, *Casas de Sonhos: Emigrantes Construtores no Norte de Portugal*, Lisboa, Edições Salamandra.
- WACKERMANN, Gabriel, 1992, "Tourisme", *Encyclopaedia Universalis*, vol. 22, Paris, Encyclopaedia Universalis.
- WRIGHT, Patrick, 1985, *On Living in an Old Country*, Londres e Nova Iorque, Verso.

#### SÍTIOS ELECTRÓNICOS

- CENTER – Central Nacional de Turismo no Espaço Rural, <http://www.center.pt/PT>, último acesso em Outubro de 2003.
- DGT – Direcção-Geral do Turismo, "Estatísticas do Turismo", <http://www.dgturismo.pt/estatisticas/estatisticas.htm>, último acesso em Outubro de 2003.
- <http://www.vinhosonline.com.br/turismo/rota-do-vinho-do-daõ-P1.html>, último acesso em Outubro de 2003.
- IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico, <http://www.ippar.pt/>, último acesso em Outubro de 2003.
- IVV – Instituto da Vinha e do Vinho/Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, "Enoturismo e Rotas do Vinho", <http://www.ivv.min-agricultura.pt/cultura/files/rotas.html>, último acesso em Outubro de 2003.
- Quinta do Rio Dão, <http://www.quintadoriodao.com/port/out/viseu.html>, último acesso em Outubro de 2003.
- Região de Turismo Dão Lafões, <http://www.rt-dao-lafoes.com/index.php>, último acesso em Outubro de 2003.
- UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, "Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage" (1972), em [http://whc.unesco.org/world\\_he.htm](http://whc.unesco.org/world_he.htm) e "Properties Inscribed in the World Heritage List", em <http://whc.unesco.org/pg.cfm?cid=31>, último acesso em Outubro de 2003.

*José Manuel Sobral*

THE GENUINE, THE SPURIOUS AND LOCAL  
IDENTITY: POLICIES OF HERITAGE IN A  
RURAL CONTEXT

*The last decades saw a decline in Portuguese agriculture. For many, rural tourism became an important strategy for coping with that decline. The author studied a rural parish at a time when tourism was marginal. Now it has become an important activity. The promotion of tourism has been supported by a "traditional" representation of the main village as a heritage and historical site, which is linked to a definition of the legitimate and the spurious in local architecture. Although the representation of local history and identity is mainly connected with the presence and the symbols of the landed elite, it is argued that this cannot be seen only as an expression of symbolic domination, because locals actively appropriate that representation.*

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa  
jose.sobral@ics.ul.pt

